



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



XXV SEMANA PUR

XXV SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - 2019

A inflexão ultraliberal e o desmonte das políticas públicas no Brasil

Rio de Janeiro, 7 a 11 de outubro de 2019

SESSÃO TEMÁTICA 4: FAVELAS E SEUS DESAFIOS URBANÍSTICOS

QUANDO O ESTADO FALHA: A ATUAÇÃO DE UM PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO COMO AGENTE TRANSFORMADOR E DE INSERÇÃO SOCIOCULTURAL

**AMANDA ALMEIDA DA
SILVEIRA (UFRJ) E GABRIEL
DA MATTA (UNIRIO)**

Resumo

O artigo tematiza a atuação de Pré-vestibulares comunitários enquanto promotores de acesso do direito à cidade aos moradores das regiões onde atuam. Nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, é frequente a existência destas organizações. O artigo, destarte, tem como foco o Pré-vestibular Machado de Assis, organização autônoma que atua no Morro da Providência, região central do município. A hipótese levantada é a de que a organização tem o papel de vetor de inserção sociocultural e agente transformador na comunidade. Para obter respostas, observamos a presença de alunos, professores e apoiadores em atividades teatrais como ação promovida pelo Pré-vestibular. Estritamente, buscamos localizar as potências desta organização enquanto espaço de solidariedade e de vínculos horizontais fortalecedores das relações sociais e territoriais em contraponto à deficiente atuação do Estado na promoção de políticas públicas de fomento à cidadania e apropriação do espaço e equipamento urbano e cultural.

Palavras-Chaves: Pré-vestibular; direito à cidade; Estado; cultura.

Quando o Estado falha: a atuação de um pré-vestibular comunitário como agente transformador e de inserção sociocultural

Morro da Providência, região central da cidade do Rio de Janeiro, 2019. No ano em que se comemoram os cento e oitenta anos de nascimento de seu mais ilustre filho, o escritor Machado de Assis, estudantes e professores precisam cancelar as aulas do pré-vestibular que leva seu nome em razão do tiroteio promovido por uma operação policial. São 18h de uma terça-feira. Mais do que uma aula, os alunos tiveram que ver adiada uma roda de conversa na qual uma psicóloga convidada iria tratar de temas como ansiedade e depressão, demanda proposta pelos próprios alunos, pressionados pela obrigação de passar nas provas dos vestibulares. O dia de aula perdido é mais um em que a vontade de romper barreiras arraigadas na sociedade é interrompida pelo medo de sequer voltar para casa no fim do dia. O dia de aula perdido é mais um dia comum.

Curiosamente, o ano em que se contam cento e oitenta do nascimento do ilustre escritor carioca é também o ano em que o Pré-vestibular Comunitário Machado de Assis comemora dez anos de existência e resistência no Morro da Providência. Não obstante sejam muitas as dificuldades enfrentadas durante os dez anos, muitos estudantes foram aprovados nos vestibulares locais. Uma das principais missões do Machado de Assis é colocar o jovem favelado dentro das universidades públicas, bem como fazer com que o corpo de professores, inicialmente ocupado integralmente por moradores de outras localidades, pudesse ser formado por ex-alunos. Entretanto, conforme o Pré-vestibular foi se tornando conhecido na comunidade, bem como sua eficácia em aprovar estudantes nos vestibulares atestada, os professores e apoiadores começaram a perceber que, mais do que um cursinho tradicional, o Machado de Assis também é um espaço de convivência e socialização entre os estudantes, bem como agregador dos mesmos em uma comunidade que explora a cidade de diversas formas, desde sua geografia até suas ofertas culturais. Percebemos, assim - nos incluímos enquanto professor e apoiadora do projeto - que de alguma forma, estávamos promovendo ações de integração da comunidade estudantil do curso com espaços existentes na cidade. De alguma forma, estávamos ocupando uma lacuna deixada pelo Estado, já que este se mostrara negligente, em relação a esta população, em seu dever de garantir o acesso aos diversos espaços da cidade.

A Providência é uma das favelas mais antigas do Brasil. Sua ocupação atual não foge à regra das principais comunidades cariocas: população de baixa renda e com acesso restrito ao território e seus diversificados espaços e usos, incluindo, dentre outros, os bens culturais. A desigualdade constatada a partir da observação do abandono destas comunidades pelo Estado expõe as mazelas de uma sociedade onde o capital aprofunda as diferenças sociais e cria cidadãos avaliados como de primeira e segunda classe. Este processo proporciona a expansão de espaços de exclusão, cujo produto

é a limitação ao uso da cidade e de seu território pela população destas comunidades. De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) em seu artigo 2º, inciso I, o Direito à cidade pode ser entendido como a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Este reconhecimento formal de um direito a ser garantido pelo Estado não coaduna com a realidade de exclusão experimentada pelas favelas e demais regiões entendidas como periféricas, as quais vivem um processo de precariedade da própria existência, da ausência da tutela estatal para promover as ações que lhe são legalmente atribuídas. Esta é, como pode se supor, a realidade experimentada pelo público alvo do Pré-Vestibular Machado de Assis.

Como fazer desta percepção empírica um estudo teórico no qual seja possível perceber a real relação do Pré-vestibular com a comunidade de estudantes, no sentido de esta relação ultrapassar a função de preparatório para o vestibular e assumir funções atribuídas ao Estado? E como entender os fatores que permitiram esta apropriação? A hipótese por nós levantada, e cujos resultados começarão a ser aventados neste trabalho, é a de que o Pré-vestibular Machado de Assis tem o potencial papel de vetor de inserção sociocultural e agente transformador na comunidade. No intuito de angariar instrumentos para investigar esta hipótese, nos propomos observar a presença de alunos, professores e apoiadores do projeto em peças teatrais às quais o Pré-vestibular é convidado ou se propõe levar a comunidade, entendendo que estas atividades são um artifício promotor do acesso à cidade e podem contribuir para a ressignificação das noções de comunidade, espaço e território. Em termos mais específicos, buscamos localizar as potências desta organização enquanto espaço de solidariedade e de criação de vínculos horizontais fortalecedores das relações sociais e de comunidade, bem como de mediadora do encontro entre a comunidade e o território que lhe é negado historicamente, em contraponto à deficiente atuação do Estado em seu papel de promotor de políticas públicas que fomentem a cidadania e a apropriação do espaço e equipamento urbano e cultural.

Como afirmado, este artigo apresentará resultados de uma etapa da pesquisa iniciada neste ano de 2019. Estes resultados foram obtidos por meio da observação das atividades e da formulação de um questionário, oferecido a alunos e ex-alunos. O que buscamos entender, como resposta à primeira questão levantada no parágrafo anterior, é a visão desses estudantes quanto ao papel desempenhado pelo Pré-Vestibular além da sua função preparatória para o vestibular. Para desenvolver a segunda questão, ou seja, reconhecer os fatores que permitem a apropriação de prerrogativas estatais por atores sociais não governamentais, encontramos em David Harvey, Milton Santos e Judith Butler possibilidades de leitura que permitem pôr em diálogo o fenômeno do acesso à cidade e a noção de pertencimento a uma comunidade na vida contemporânea. Harvey (2013) reconhece a existência de

forças que militam contra o livre exercício do direito à cidade. Neste sentido, entendemos que a existência destas forças possibilita o surgimento de contra-forças que atuem em uma tarefa de tomar a cidade e moldá-la de modo que aqueles para quem a cidade fora renegada possam então pertencer de fato ao território. O diálogo com Milton Santos decorre de seu interesse em evidenciar quão complexa é a relação de cidadania em um território desigual como o Brasileiro. Diz o geógrafo:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir apenas uma perspectiva de cidadania integral a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Este é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

[...] Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos prerrogativas e obrigações. (SANTOS, 2012: 113)

A cidadania plena, naquilo que abrange também o “livre exercício do direito à cidade”, só poderá ser reivindicada pelas contra-forças quando estas percebem que as forças que militam contra o livre exercício e contra a “revalorização dos lugares” podem agir por dentro das estruturas que deveriam cuidar de garantir o direito à cidade, ou seja, por dentro da estrutura do Estado, a quem cabe a redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações.

O entendimento de que o Estado “falha”, prerrogativa pela qual pensamos a presente pesquisa, parte do pressuposto de que este é responsável legalmente por garantir o direito à cidade ao cidadão e que, por estar frequentemente entregue a atores cuja intenção é oposta, é impedido de oferecer essa garantia. Entretanto, se observarmos o papel do Estado pelo enquadramento proposto por Judith Butler, uma outra relação pode ser estabelecida. Butler (2018) atribui ao Estado uma capacidade de “violência massiva” e uma “brutalidade unilateral”. Atribuir ao Estado a violência apaga a pressuposição de “falha” e indica a intencionalidade do mesmo contra o cidadão. Neste caso, a função do estado é ser violento, é agir violentamente contra a população. De qualquer modo, o cidadão é de fato violado seja por ter direitos não garantidos, seja pela ilusão de ter garantias de direitos.

Quem assumiria, portanto, o papel de ser a contra-força em uma relação de reivindicação de cidadania na qual o Estado assume o papel opositor? Acreditamos que ações sociais diversas, realizadas por ONGs, Igrejas, sindicatos ou organizações políticas podem atuar como agentes reivindicadores juntos à população, a qual encontra nestas ações, muitas vezes, a única expectativa de rompimento com o ciclo de abandono e exclusão dominante. É nesta função que buscamos investigar a atuação do Pré-vestibular Machado de Assis. Ou seja, quando propomos que o curso pré-

vestibular, oferecido em caráter comunitário em uma região cuja população historicamente não frui o direito à cidade, atua como agente transformador e de inserção sociocultural, assumimos que o mesmo ultrapassa sua atividade-fim para ocupar funções novas no espaço da cidade.

Para estabelecer um diálogo específico entre o Pré-vestibular Machado de Assis e a cidade, nesta relação de contra-força, propusemos investigar a percepção dos alunos e ex-alunos do curso a partir de um questionário, no qual os mesmos responderam a perguntas diversas sobre o acesso a atividades culturais no território em que vivem, bem como a apropriação por parte destes alunos a essas atividades e ainda sobre a experiência de viver parte deste processo com o pré-vestibular, sobretudo nas ações em que o pré-vestibular leva os estudantes ao teatro, atividade das mais frequentes, devido a diversos fatores, como a boa oferta de espetáculos nos arredores da Providência, acessibilidade facilitada por algumas companhias e produtoras teatrais da cidade que entendem e têm recursos para oferecer ingressos gratuitos ou a preços baixos para organizações sociais.

Território e Espaço

O conceito de território aplicado nesta pesquisa o entende como uma forma de identidade, na qual é possibilitado o sentimento de ter e fazer parte deste. Nós somos capazes de engendrar o território e de ser mudados por este, uma vez que o mesmo é utilizado por sua população e é base das relações sociais cotidianas. Como afirma Milton Santos, “o território é o chão e mais a população”. (SANTOS, 2012:96) Por conseguinte, não podemos esquecer que o território envolve relações de poder, uma vez que, segundo Bernardo Mançano Fernandes,

é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2006: 6)

Este conceito se faz importante para entender os atores que dominam e influenciam os espaços e qual a lógica por trás de sua produção e reprodução.

No que diz respeito ao espaço, conforme FERNANDES,

(...) é uma completude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. (FERNANDES, 2006:4)

O espaço geográfico é o conjunto de todas as áreas que foram transformadas pelo homem, que seguem sendo transformadas – pois espaço não é algo dado, é movimento. É o espaço também que transforma a ação dos homens, ou seja, como se fosse um ciclo. O espaço geográfico é construído e transformado pela ação humana, mas também o é pela natureza.

O direito à Cidade

O direito à cidade é por nós entendido como uma importante garantia e forma de embasar o movimento de contra-força em prol de uma cidade mais justa, com plena fruição e apreensão do espaço e território pelos cidadãos, independente de sua classe, raça, gênero e local de moradia. Faz parte das diretrizes gerais da política urbana instituída pelo Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) em seu artigo 2º o “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Neste sentido, o direito à cidade perpassa o uso e fruição plena de todas as possibilidades (bens, serviços, equipamentos, etc) oferecidos de maneira equânime entre os cidadãos. Para tanto, se faz necessário que haja justiça social e, com isso, uma justa distribuição dos recursos e serviços públicos na cidade, de maneira a não beneficiar apenas determinados grupos e agentes detentores de maior poder político ou econômico.

O direito à cidade, conforme Henri Lefebvre preceitua em seu livro de título homônimo, se afirma como um apelo, uma exigência, devendo ser formulado como o direito à vida urbana, transformada e renovada, no qual o urbano deve ser encarado como um lugar de encontro em que deve ser priorizado o valor de uso. Sob esta ótica, a cidade se realiza quando prevalece a apropriação do espaço pelos cidadãos. Apropriação esta que não deve ser entendida como direito de propriedade, mas como o valor de uso supramencionado e que ocorrerá quando houver apropriação coletiva da cidade.

Podemos buscar apoio também para a conceituação de direito à cidade na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, documento publicado em 12/06/2006 e produzido a partir do Fórum Mundial Policêntrico de 2006. De acordo com a Carta Mundial, ele é definido como o “usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”. É, portanto, um direito coletivo dos habitantes da cidade e, em especial, dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, de caráter interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos e concebidos integralmente, incluindo, dentre outros, os direitos sociais, o direito à cultura e à informação. A Carta Mundial afirma ainda ser a cidade um espaço coletivo culturalmente diversificado e rico pertencente a todos os seus habitantes.

Cabe primordialmente ao gestor público, na tarefa de tornar real o direito à cidade, conhecer e abarcar nas políticas públicas e na formulação de proposições para estas a multiplicidade de atores que utilizam ou vivem na cidade, respeitando as diferenças e fomentando a igualdade de direitos e acesso aos recursos da cidade às diversas camadas sociais. Os direitos à mobilidade, moradia, terra, saneamento ambiental, trabalho, cultura, lazer e infra-estrutura urbana estão contidos dentro do direito à cidade e devem ser considerados para a formulação de políticas públicas eficientes, bem como para o arcabouço legal a ser proposto. Tudo isto deve ser feito com a participação e engajamento da sociedade civil de maneira a tornar a gestão das cidades a mais democrática possível, priorizando o viés social e não somente o econômico.

A cidade possui o caráter mutável, e pode ser refeita de acordo com as necessidades e movimentos coletivos. A mobilização e a luta social devem ser encampadas pelos cidadãos pelo direito à cidade e por uma cidade livre, justa e democrática. Corroborando com este pensamento, podemos trazer à baila do presente artigo o pensamento de Harvey, para quem o direito à cidade “não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” e, também, “não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político”. Para o geógrafo britânico, ainda

A tarefa (...) é expandir as esferas da liberdade e dos direitos além do confinamento estreito ao qual o neoliberalismo o reduz. O direito à cidade (...), não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, David. A liberdade da cidade in VVAA. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013)

As cidades capitalistas produzem espaços de segregação, aos quais apenas camadas privilegiadas da sociedade conseguem acesso. O direito à cidade, enquanto garantia, instrumentaliza e fortalece a luta coletiva e de movimentos sociais pela reprodução, produção e uso da cidade de maneira a visar a justiça social e a equidade na fruição desse direito.

Em contraposição,

a negação do direito à cidade se expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental. Paralelamente, as camadas mais ricas continuam acumulando cada vez mais e podem usufruir de um padrão de consumo de luxo exagerado”. (MARICATO, 1996 in Nabil Bonduki (org.). A luta pela reforma urbana no Brasil. São Paulo: Casa da Cidade, 2018)

O direito à cidade perpassa a apropriação, produção e usos coletivos das cidades. Como ficou explicitado, é de suma importância a luta social e política para que o direito à cidade possa ser apreendido de maneira coletiva. Neste contexto, os moradores de uma comunidade no centro da cidade do Rio de Janeiro, como a Providência, apesar de se verem cercados de equipamentos urbanos e culturais, ainda estão subordinados à lógica mercantilista e segregadora neoliberal, necessitando de uma constante luta para terem sua existência considerada e respeitada enquanto cidadãos detentores de direitos e atores capazes de participar e produzir a cidade. Espaços tais como o pré-vestibular Machado de Assis, podem ser entendidos como de solidariedade horizontal, atuando na contramão da lógica mercantilista e excludente que tende a aprofundar as desigualdades sociais e criar espaços de exclusão.

Para aqueles que nasceram e/ou moram em uma comunidade e enfrentam as consequências do abandono estatal, constantes tiroteios, violência, repressões policiais, falta de estrutura urbana adequada, educação, lazer e desigualdade social, viver é um ato de resistência. Transformar essa vivência em luta por condições equânimes e melhores oportunidades para transcender uma realidade de precariedade é um ato político, um ato de sinalizar para o Estado que este não deve agir como se houvesse cidadãos de primeira e segunda classe, que as leis e os direitos por elas garantidos não devem figurar somente para privilegiados, mas para todos. Além de reivindicar ações que promovam políticas públicas que abranjam a totalidade da população, a própria comunidade promove espaços de solidariedade para os seus.

O que entendemos por cultura

É necessário estabelecer por quais parâmetros o termo cultura é empregado nesta pesquisa. José Luiz dos Santos (1987) afirma que há duas dimensões pelas quais os estudos sobre Cultura se orientam. Segundo o autor, “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.” (p.20) Pensaremos a Cultura a partir deste segundo parâmetro, partindo do entendimento, ainda em diálogo com Santos, de que as expressões destes conhecimentos, ideias e crenças pela arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência e política são entendidas pela própria população como eventos culturais. Mais especificamente, quando nos referimos a “atividades culturais” em nosso questionário, vislumbramos aqueles eventos cuja expressão permite refletir sobre o “conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência” e cujo desenvolvimento na história dessa sociedade podem mostrar “como a cultura se relaciona às forças sociais que movem a sociedade”.

A análise dos dados coletados

A obtenção de informações que nos ajudam a entender a relação do Pré-vestibular com a comunidade atendida foi realizada através de nossa participação empírica nessas atividades, bem como através da elaboração de um questionário e realização de entrevistas com os atores sociais desta rede de relações, como alunos, ex-alunos, professores, familiares e apoiadores participantes desses eventos. Os resultados que este artigo apresenta não se pretendem conclusivos, mas indicadores de caminhos pelos quais nossa pesquisa pode seguir. A partir do questionário, buscamos compreender, por exemplo, se as atividades do Pré-vestibular, ao promoverem a ocupação de espaços públicos, contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território e à comunidade, bem como para a promoção da ampliação do uso da cidade pelos estudantes, com a consequente redução da precariedade experimentada por estes atores sociais. Neste caso, poderíamos reconhecer o pré-Vestibular Machado de Assis como agente transformador e de inserção sociocultural para alguns de seus alunos e ex-alunos.

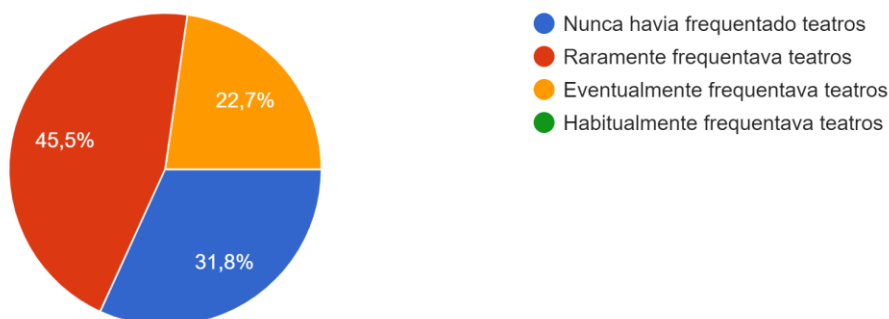
O questionário oferecido possuía campos para autopreenchimento e recebeu 22 respostas voluntárias de estudantes atuais do pré-vestibular e também de ex-alunos a partir de chamadas por meios virtuais coletadas no período compreendido entre 08 e 17 de julho de 2019. A maioria das perguntas possuem respostas fechadas e, quando abertas, são diretas, com exceção da última. Suas 23 perguntas foram divididas em 3 seções: O primeiro bloco teve como objetivo estabelecer o perfil do estudante do pré-vestibular Machado de Assis. Estas perguntas nos forneceram informações como idade, residência, cor, gênero, grau de escolaridade do aluno e grau de escolaridade dos pais. O segundo bloco buscou identificar a relação do aluno/ex-aluno com o pré-vestibular e seu engajamento nas ações promovidas. O terceiro bloco, por fim, buscou identificar a relação do estudante com a região em que vive, sua participação em atividades culturais e a influência do pré-vestibular nas suas relações socioculturais e comunitárias.

Uma análise das respostas dadas no primeiro bloco de perguntas revela uma predominância por respostas femininas, com 72,7% das respostas contra 22,7% de alunos identificados com o gênero masculino. Em relação à cor/raça, 63,7% dos alunos responderam serem pretos ou pardos, contra 22,7% de brancos. 68,2% dos alunos são moradores da Providência e 22,7% nunca moraram na comunidade. Metade dos estudantes que responderam ao questionário trabalham, sendo 1 no turno da noite, 1 pela manhã e tarde, 5 pela manhã e 5 alunos trabalhando no turno da tarde. A maior parte dos estudantes que não moram na Providência atualmente vivem em bairros dos arredores, como Santo Cristo, Catumbi, Gamboa, Morro do Pinto, Saúde e Estácio, cujas populações assemelham-se em características socioeconômicas às do Morro da Providência.

O segundo bloco nos forneceu alguns dados importantes para a análise, como o fato de 31,8% dos estudantes nunca terem frequentado teatros. Nenhum aluno responder ser hábito a frequência em teatros:

Antes do pré-vestibular, você tinha o hábito de frequentar teatros?

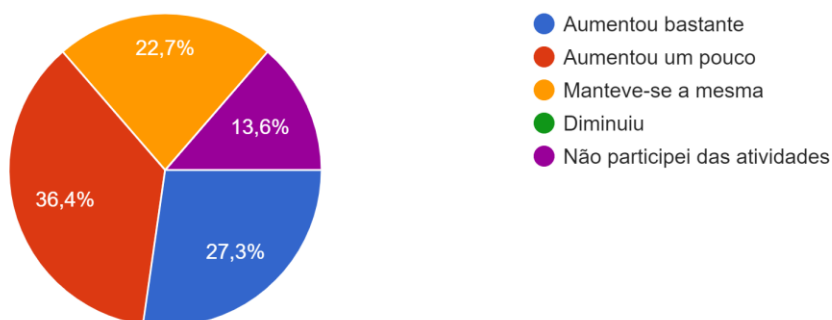
22 respostas



Uma comparação com outra pergunta revela uma mudança de comportamento dos alunos após participação nas atividades com o Pré-vestibular, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Depois de ter participado das idas ao teatro com o pré-vestibular, você acredita que a frequência com que você vai ao teatro...

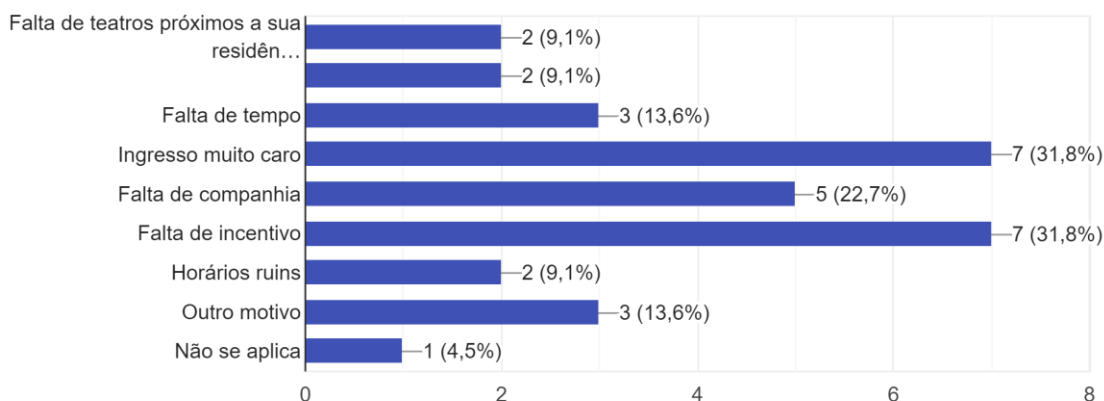
22 respostas



Uma análise mais detalhada das respostas às duas perguntas elucidada o aumento da frequência. Dentre os alunos que nunca haviam frequentado teatros, 57,1% acreditam que a frequência com que passaram a ir ao teatro "aumentou um pouco" e 42,9% acreditam que esta frequência "aumentou bastante". Dentre as razões alegadas pelos estudantes que nunca ou raramente iam ao teatro, as principais foram o preço alto dos ingressos e falta de incentivo:

Se nunca frequentava ou raramente frequentava, quais das opções abaixo você identifica como motivo?

22 respostas



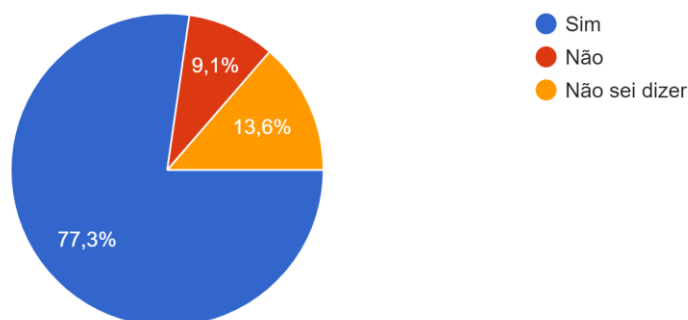
A partir das respostas do terceiro bloco de perguntas foi possível mensurar a percepção que estes estudantes tinham de seu bairro e cidade, bem como dos equipamentos e programação cultural antes e após a atuação do pré-vestibular Machado de Assis.

Apesar de estarem localizados na região central do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, que é fartamente provida de uma programação cultural variada, quando perguntados sobre a existências destes últimos, 54,5% dos estudantes responderam haver poucos programas culturais no bairro, 27,3% responderam haver alguns programas culturais e 18,2% responderam haver muitos programas culturais. Ou seja, mesmo estando em um bairro com numerosa programação cultural, a maior parte dos estudantes não estava ciente da vasta e diferenciada programação cultural disponível no Centro.

Já quando foram perguntados sobre se passaram a se interessar pelas atividades culturais da cidade a partir das experiências vivenciadas no pré-vestibular a grande maioria respondeu que “sim”, perfazendo um total de 77,3%, contra 9,1% de “não” e “13,6% de “não sei dizer”. Um total de 90,9% de alunos afirmaram ter conhecido e frequentado novos e diferentes espaços da cidade a partir das atividades culturais promovidas pelo pré-vestibular, em face de apenas 9,1% de respostas negativas a esta questão.

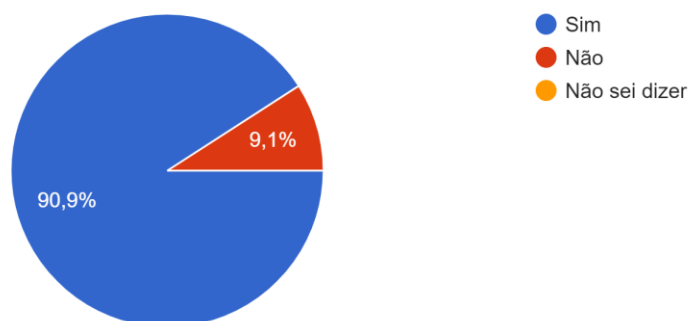
Você passou a se interessar mais pelas atividades culturais da cidade a partir das experiências vivenciadas no pré-vestibular?

22 respostas



As atividades culturais promovidas pelo pré-vestibular te proporcionaram conhecer e frequentar novos e diferentes espaços da sua cidade?

22 respostas



Uma interpretação da atuação do pré-vestibular segundo os dados coletados

Organização autônoma que atua na Providência desde 2009, o Pré-vestibular Machado de Assis tem aprovado alunos para as principais instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora residentes em uma região central da cidade, a qual concentra grande número de teatros, centros culturais, bibliotecas e museus os indivíduos em torno do Machado de Assis revela pessoas que não têm oportunidade de ocupar estes espaços. Cabe-nos refletir sobre o entendimento que estes alunos detêm sobre o território e quão forte é a noção de pertencimento a este território, afinal de contas não parece ser só a proximidade geográfica dos equipamentos culturais a motivação para a presença a estes espaços. Dois moradores da Providência são capazes de fazer afirmações opostas quando questionados sobre a existência de equipamentos culturais próximos a sua

residência, tendo sido oferecida uma lista de estabelecimentos. Respostas como a do aluno X, que afirma “não há equipamentos culturais próximos” convivem com a afirmação do aluno Y, para quem há nas proximidades “Cinema, Teatro, Museu, Centro Cultural, Biblioteca, Outros locais de interesse cultural”. Ora, é possível depreender deste confronto que para o aluno X, o território que este entende por próximo é reduzido, ao passo que para o aluno Y, o território tido como próximo é estendido. A noção de pertencimento para ambos talvez também não seja equivalente. O aluno Y afirma haver muitos programas culturais em seu bairro e ainda diz participar com frequência de atividades culturais no seu bairro; o aluno X, por outro lado, embora afirme não haver os equipamentos culturais listados próximos à residência, afirma haver muitos programas culturais no bairro e cita “shows de música” como eventos que ocorrem. Afirma também raramente participar de atividades culturais no bairro, porém fora do bairro afirma participar “eventualmente”. O bairro, para o aluno X, não corresponde exatamente ao território que o mesmo entende como próximo a si, o que pode revelar que para ele, a possibilidade de se sentir pertencente ao território e aos espaços que o abrangem seja reduzida ao entorno de sua residência.

Diante deste panorama, o Pré-Vestibular pode contribuir para uma mudança de perspectivas quanto ao pertencimento ao território? Ainda investigando as respostas dos alunos X e Y, vemos o seguinte. O aluno X afirma não saber responder se passou a se interessar mais pelas atividades culturais da cidade a partir das experiências vivenciadas no pré-vestibular, mas indica que as atividades culturais promovidas pelo pré-vestibular proporcionaram conhecer e frequentar novos e diferentes espaços da sua cidade. Este mesmo aluno afirma nunca ter frequentado o teatro antes de participar da atividade com o Pré-Vestibular e especula como razão o fato de não haver teatros próximos. Após participar dos eventos com o Pré-vestibular, o aluno X afirma que a frequência com que vai ao teatro aumentou bastante. Em relação a este aluno X, podemos afirmar que o Pré-vestibular atuou como agente transformador e de inserção sociocultural, por permitir a este aluno a sua primeira experiência como espectador teatral, do que decorre também o fato de conhecer novos espaços da cidade, e também ao estimular a frequência a teatros.

Para o aluno Y, que raramente frequentava teatros antes de participar das atividades do Pré-Vestibular, afirmou se interessar mais pelas atividades culturais da cidade a partir das experiências vivenciadas, bem como conhecer novos espaços da cidade. Sua resposta à última pergunta do questionário - que não era de resposta obrigatória e permitia maior dissertação - revela aquilo que as respostas objetivas talvez não consigam captar:

Avalie sua experiência nas atividades culturais promovidas pelo pré-vestibular Machado de Assis, sobretudo nas idas ao teatro. Elas de alguma forma contribuíram para seu crescimento pessoal ou para mudar a forma como você enxerga a cidade e os espaços e atividades culturais existentes na cidade?

Com certeza, todas as atividades foram importantes nesse quesito, me ajudaram a enxergar de outra forma e no meu crescimento como pessoa! Mudei muito desde quando comecei o Pré, minha mente se abriu e eu deixei de ser ignorante, e sim, essas atividades foram completamente importantes.

Conclusão

A pesquisa que fundamenta o presente artigo tem por origem a vivência e a constatação empírica dos dois autores junto ao Pré-vestibular Comunitário Machado de Assis, uma organização social popular sem qualquer vínculo com entes estatais. O Machado de Assis pode ser entendido como espaço de convivência, aprendizado e de solidariedade horizontal que tem por finalidade colocar jovens marginalizados nos bancos das universidades. A grande motivação do presente artigo foi a percepção de como o pré-vestibular, para além de sua finalidade principal, acaba por influenciar positivamente os estudantes na ressignificação, percepção e apreensão dos do território no qual vivem, marcadamente os equipamentos culturais, como o teatro.

A partir destas percepções, e respeitado o recorte da pesquisa aqui apresentado, foi possível relacionar as respostas ao questionário a um entendimento de que há, no Pré-vestibular Machado de Assis, uma potência que permite ao mesmo atuar como um agente transformador e de inserção cultural junto aos seus alunos. A consciência da equipe de professores sobre esta potência e sua capacidade de organização e ampliação dessa força junto a comunidade ainda é algo não observado profundamente em nossa pesquisa, mas é o caminho que pretendemos percorrer a partir de agora. Encerramos com um trecho de Milton Santos que nos serve de motivação e referencial teórico para a continuidade deste trabalho:

Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também é um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (SANTOS, 2012: 81)

Referências

BRASIL. Lei 10257 (Estatuto da Cidade). Brasília, Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARTA Mundial do Direito à Cidade. Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004; Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004; V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

FERNANDES, B. M.. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *A pesquisa em Educação do Campo*, v. XX, p. X-I, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em 19 jul. 2019.

HARVEY, David. A liberdade das cidades *in. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013 (p.25-31).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, 1996 in Nabil Bonduki (org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil*. São Paulo: Casa da Cidade, 2018.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed., 1. reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

____ (1995): O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de *et al* (org): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil